

01-03-2005.

E.M. nº 003-2005/CONSEA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Reunião Plenária deste Conselho, realizada no último dia 22 de fevereiro, considerando os recentes falecimentos de crianças indígenas por desnutrição, no Estado do Mato Grosso do Sul, aprovou por unanimidade, a Moção anexa.

Respeitosamente,


FRANCISCO MENEZES
Presidente do CONSEA

MOÇÃO

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA tomou conhecimento, através da Comissão Permanente de Segurança Alimentar para os Povos Indígenas, da dimensão do problema que envolve especialmente os Povos Indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul. Nesse Estado, desde o início do ano, até o momento vieram a óbito três crianças indígenas por desnutrição grave, fatos decorrentes da ausência de políticas que vão desde a produção alimentar, o desenvolvimento sustentável e a regularização fundiária - esta, em resgate à dívida secular que o Brasil tem para com os seus primeiros habitantes -, até a falta de dados e diagnósticos que possibilitem a tomada de decisões e a adoção das políticas necessárias, a fim de amenizar a situação de abandono em que se encontram esses Povos.

O problema de insegurança alimentar entre os Povos Indígenas é mais grave do que se apresenta pelos meios de comunicação e pelos órgãos de governo responsáveis pela formulação e execução das políticas relativas a estes. Reiteramos que são motivos de preocupação deste Conselho a falta de resposta e a opção política de demarcar e homologar os territórios indígenas, condição primeira para o exercício do direito humano à alimentação adequada, terras que sejam suficientes para a “reprodução física e cultural dos Povos Indígenas”, conforme reza o artigo 231 da Constituição Brasileira. Exemplo da negação desse direito e suas conseqüências na vida dos Povos Indígenas é o suicídio de 234 indígenas no Mato Grosso do Sul nos últimos cinco anos, bem como o índice de mortalidade infantil que atinge a média de 60 por mil nascidos vivos, o triplo da média nacional.

Somamo-nos à indignação de todos aqueles que acreditam que a superação da fome e da pobreza vai além da implantação de ações emergenciais e exige o resgate da cidadania dos Povos Indígenas enquanto grupos com culturas, costumes e tradições próprias, através de uma política indigenista que tenha como princípio maior o reconhecimento e o respeito à diferença e a multiculturalidade que caracteriza o nosso País.

Nesse sentido, recomendamos que seja restabelecida a “Mesa de Diálogo Permanente com os Povos Indígenas” enquanto instância de entendimento entre o Executivo e as legítimas representações indígenas, através das suas organizações. Isso permitirá desmilitarizar a questão indígena dentro do atual Governo e construir uma política indigenista em real sintonia com as aspirações dos Povos Indígenas.